Maria José Ribeiro Sousa Costa Rodrigues.
 Maria La Saete Mendes Costa.
 Maria Lurdes Costa Tinoco.
 Maria Zulmira Silva Fernandes.
 Marta Sofia Mendes Antunes.
 Mónica Isabel Freitas Lopes.
 Natália Alexandra Miranda Macedo.
 Natália Céu Gonçalves Reis.
 Natália Miranda Novais.
 Nuno Miguel Silva Freitas.
 Nuno Miguel Rodrigues Silva Freitas.
 Olga Sabina Teixeira Silva.
 Orlanda Maria Rodrigues Vila Franca.
 Patrícia Isaura Pires Gonçalves.
 Paula Oliveira Matos.
 Paulo Filipe Ferreira Matias.
 Paulo Manuel Dias Ribeiro.
 Pedro Evandro Oliveira Ribeiro.
 Rosa Conceição Silva Machado.
 Rosa Cristina Freitas Silva.
 Rosa Lurdes Batista Ferreira Fernandes.
 Sandra Fernandes Rodrigues.
 Rui José Rodrigues Peixoto.
 Rui Manuel Valadares Fernandes.
 Rute Andreia Ferreira Silva Machado.
 Sabrina Laurinda Leite Silva.
 Sandra Cristina Soares Sousa.
 Sandra Fernandes Salgado.
 Sandra Marisa Cunha Sampaio.
 Sandrina Oliveira Azevedo.
 Sara Alexandra Fernandes Fonseca.
 Sara Susana Vieira Peixoto.
 Sílvia Conceição Araújo Machado.
 Sílvia Manuela Faria Abreu Ferreira.
 Sílvia Oliveira Moutas Teixeira Costa.
 Sofia Alexandra Castro Fernandes.
 Sofia Cristina Rodrigues Peixoto.
 Sónia Manuela Martins Silva.
 Sónia Pires Gonçalves.
 Susana Alexandra Gonçalves Guimarães.
 Susana Manuela Martins Eusébio.
 Susana Maria Pinto Fernandes.
 Tânia Luísa Duarte Leite.
 Teresa Felicidade Vieira Quintas Ferreira.
 Teresa Filipa Faria Silva Oliveira.
 Teresa Salomé Faria Oliveira.
 Vânia Maria Peliteiro Sousa Pinto.
 Vânia Sofia Pereira Fernandes.
 Zita Silvana Abreu Marques Oliveira.

Excluído por ter desistido:

Domingos Filipe Lopes Castro.

2 de Outubro de 2007. — O Vereador de Pessoal, *Domingos Bragança*.

2611053793

CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Regulamento n.º 271/2007

O presidente da Câmara Municipal de Loulé, Dr. Sebastião Francisco Seruca Emídio, torna público que, de acordo com o estabelecido no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, se encontra para inquérito público, pelo prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso, o projecto de Regulamento do Tarifário da Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água, Tratamento de Águas Residuais e Recolha de Resíduos Sólidos no Concelho de Loulé, aprovado em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, realizada em 27 de Setembro de 2007, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião ordinária realizada em 12 de Setembro de 2007.

Projecto de Regulamento Tarifário da Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água, Tratamento de Águas Residuais e Recolha de Resíduos Sólidos no Concelho de Loulé

Nota justificativa

Como é comummente aceite, a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), marca o início de um novo ciclo de gestão autárquica no nosso país.

Com a sua aplicação emerge um novo *design* financeiro ao estabelecer de forma inexorável que no futuro próximo, em face dos actuais constrangimentos orçamentais, as transferências globais do Estado para as autarquias estabilizarão, não sendo expectável qualquer crescimento.

Em simultâneo assiste-se de forma sistemática à assunção de novas competências, à entrada em funcionamento de novos equipamentos, a novas exigências qualitativas dos municípios, bem como às necessárias adaptações dos seus serviços, elementos que concorrem para um aumento progressivo da despesa corrente.

Este quadro genérico na sua formulação e de sentido contraditório na sua génese acentua a urgência na adopção de políticas mais realistas e activas viradas para os vários níveis da intervenção autárquica.

Para a Câmara Municipal de Loulé é oportuna a construção de uma matriz de actividade assente em aspectos de natureza política, económica e técnica que concretize um aproveitamento e uma optimização das suas receitas, seja nas que têm repercussão directa nos municípios, seja na tarifação a entidades que a incorporam na estrutura de custos dos bens que produzem ou colocam no mercado.

Uma das áreas em que é possível obter uma racionalização de custos e um aumento de eficácia na gestão das receitas é a da prestação dos serviços de abastecimento de água, de tratamento das águas residuais e da recolha dos resíduos sólidos.

Para tanto procedeu-se a um estudo prévio tão rigoroso quanto indispensável para a determinação dos valores a facturar, que mobilizou técnicos e responsáveis das várias unidades orgânicas da autarquia, visando a preparação do presente projecto de regulamento tarifário.

Assente nas premissas enunciadas e tendo como base de trabalho todo o histórico existente sobre esta matéria, o regulamento tarifário concretiza:

A recuperação de custos e a utilização eficiente dos recursos hídricos, como bem colectivo, com penalização para os consumos excessivos (> 50 m³);

A fixação dos valores de referência (nos escalões estabelecidos e nos serviços prestados) aproximando-os aos custos directos dos vários sistemas de saneamento básico e da recolha dos resíduos sólidos;

A manutenção de tarifários diferenciados no consumo da água conforme a origem;

A actualização dos preços em concordância com os valores que vierem a ser praticados pelas duas prestadoras de serviço da Região — AdA, S. A., e Algar, S. A.;

A suspensão da taxa de utilização do contador doméstico;

A suspensão do 6.º escalão no tarifário referente às freguesias abastecidas pelas Águas do Algarve, S. A., e do 5.º escalão nas freguesias abastecidas pelas captações municipais;

A assunção do consumo superior a 50 m³ como último escalão de tarifação, qualquer que seja a origem do abastecimento;

A manutenção do tarifário social e do tarifário sénior, este com algumas alterações decorrentes da revisão do regulamento do cartão sénior;

A criação de um tarifário familiar dirigido às famílias numerosas, com cinco ou mais elementos;

A criação de um escalão destinado a «Serviços» autonomizando-o do sector «Comércio» de acordo com as CAE;

A supressão do preço referente quer à tarifa de saneamento quer à tarifa de disponibilidade de infra-estruturas e manutenção para a actividade da construção civil (Obras);

A criação de uma tarifa especial de resíduos sólidos variável para o sector «Serviços» para as empresas que tenham como actividade principal a lavagem e limpeza a seco de têxteis e peles; salões de cabeleireiro; institutos de beleza e estações de lavagem de veículos automóveis.

Deste modo e ainda nos termos designadamente do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, do preceituado na alínea j) do n.º 1 e na alínea a) do n.º 7 do artigo 64.º, com referência à alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi elaborado o presente projecto de regulamento que deve ser submetido a apreciação pública nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo. Os interessados podem, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação no *Diário da República* do presente projecto de regulamento, consultá-lo na Secção de Serviços Gerais, das 9 horas às 17 horas e 30 minutos, e as eventuais sugestões ou observações sobre o referido projecto de regulamento deverão ser formuladas por escrito até ao final do mencionado período, em requerimento dirigido à Câmara Municipal de Loulé, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo.

Preâmbulo

A Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, que aprovou a Lei das Finanças Locais, veio a estabelecer que os preços e tarifas a cobrar pelos serviços

de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais devem ser cobrados nos termos de regulamento tarifário, impondo aos municípios a sua elaboração. Assim, dando cumprimento a esse imperativo legal, decidiu a Câmara Municipal de Loulé elaborar o presente Regulamento Tarifário da Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água, Tratamento de Águas Residuais e Recolha de Resíduos Sólidos, para vigorar no concelho de Loulé.

Com a sua aplicação emerge um novo *design* financeiro ao estabelecer de forma inexorável que no futuro próximo, em face dos actuais estrangimentos orçamentais, as transferências globais do Estado para as autarquias estabilizarão, não sendo expectável qualquer crescimento.

Em simultâneo assiste-se de forma sistemática à assunção de novas competências, à entrada em funcionamento de novos equipamentos, a novas exigências qualitativas dos municípios, bem como às necessárias adaptações dos seus serviços, elementos que concorrem para um aumento progressivo da despesa corrente.

Este quadro genérico na sua formulação e de sentido contraditório na sua génese acentua a urgência na adopção de políticas mais realistas e activas viradas para os vários níveis da intervenção autárquica.

Para a Câmara Municipal de Loulé é oportuna a construção de uma matriz de actividade assente em aspectos de natureza política, económica e técnica que concretize um aproveitamento e uma optimização das suas receitas, seja nas que têm repercussão directa nos municípios, seja na tarifação a entidades que a incorporam na estrutura de custos dos bens que produzem ou colocam no mercado.

Uma das áreas em que é possível obter uma racionalização de custos e um aumento de eficácia na gestão das receitas é a da prestação dos serviços de abastecimento de água, de tratamento das águas residuais e da recolha dos resíduos sólidos.

Assim, e no uso da competência que está cometida às câmaras municipais, nos termos do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, do preceituado na alínea *j*) do n.º 1 e na alínea *a*) do n.º 7 do artigo 64.º, com referência à alínea *a*) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Loulé, sob proposta da Câmara Municipal e após apreciação pública, aprova o seguinte Regulamento Tarifário da Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e Recolha de Resíduos Sólidos no Concelho de Loulé:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

1 — Nos termos do artigo 16.º, n.º 4, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, e das alíneas *j*) do n.º 1 e *a*) do n.º 7 do artigo 64.º, com referência à alínea *a*) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, são fixados os preços e tarifas bem como os respectivos quantitativos que constam da tabela anexa a este regulamento.

2 — É aprovado o Regulamento Tarifário da Prestação dos Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos a cobrar pela Câmara Municipal de Loulé, revogando-se as tarifas e taxas em vigor, aprovadas pela deliberação de Câmara Municipal de Loulé de 8 de Março de 2006 e pela Assembleia Municipal de 20 de Março de 2006, respectivamente.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

As disposições do presente regulamento são aplicáveis à cobrança de preços e tarifas previstas e estabelecidos na tabela anexa e que faz parte integrante do presente Regulamento.

Artigo 3.º

Princípios

Os montantes estabelecidos neste Regulamento respeitam os princípios da legalidade, da proporcionalidade e da igualdade.

Artigo 4.º

Erros na liquidação

1 — Quando se verificar que na liquidação se cometeram erros de facto ou de direito, ou existir quaisquer omissões imputáveis aos serviços e das quais tenha resultado prejuízo para a Câmara, o serviço respectivo promoverá de imediato a liquidação adicional.

2 — A liquidação adicional não será efectuada quando o quantitativo das mesmas for inferior a € 0,50.

3 — Para os efeitos da liquidação adicional, será notificado o contribuinte respectivo, por mandato ou por correio registado, para no prazo de 20 dias satisfazer a diferença, constando obrigatoriamente da notificação os fundamentos da cobrança adicional, montante e o prazo, bem como advertência de que o não pagamento implica a cobrança coerciva.

Artigo 5.º

Arredondamentos

Nas cobranças dos valores estabelecidos na tabela anexa a este Regulamento, proceder-se-á ao arredondamento para a unidade imediatamente superior, se a fracção for igual ou superior a € 0,01 e para a imediatamente inferior no caso contrário.

Artigo 6.º

Actualizações

1 — Os valores constantes na tabela anexa a este regulamento, serão actualizados anualmente e na proporção que vierem a ser aprovados pelas Águas do Algarve, S. A., e da ALGAR — Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A., no que respeita aos serviços que essas entidades disponibilizam à autarquia.

2 — No que diz respeito aos preços decorrentes dos serviços prestados directamente pela autarquia (ligações de ramais, valor fixo de recolha de resíduos e outros) os valores são actualizados anualmente tendo como referente com a taxa de inflação apurada pelo INE.

3 — A actualização referida no número anterior deverá ser efectuada até ao dia 15 de Dezembro de cada ano e publicada antes da sua entrada em vigor por um prazo de 15 dias nos locais públicos de costume.

4 — A actualização dos preços do consumo da água proveniente de captações próprias será de 80% relativamente à actualização efectuada pelas Águas do Algarve, S. A.

5 — Por motivos devidamente fundamentados e sempre aprovadas pela Câmara Municipal, poderão existir actualizações extraordinárias, que serão, caso aprovadas, publicadas nos termos do n.º 3 do presente artigo.

CAPÍTULO II

Tarifários

Artigo 7.º

Regime tarifário

1 — O valor dos consumos de água é fixado por escalões, tendo em atenção os tipos, natureza, origem e volume daqueles e terão em consideração as seguintes particularidades:

1.1 — Nas freguesias abastecidas pelas Águas do Algarve, S. A.:

1.1.1 — O consumo doméstico mensal tem cinco escalões, respectivamente o 1.º escalão para consumos até 5 m³, o 2.º escalão para consumos superiores a 5 m³ e até 15 m³, o 3.º escalão para consumos superiores a 15 m³ e até 30 m³, o 4.º escalão para consumos superiores a 30 m³ e até 50 m³, o 5.º escalão para consumos superiores a 50 m³.

1.1.2 — O consumo de entidades públicas, instituições de utilidade pública, serviços, comércio, indústria e obras tem um escalão único.

1.1.3 — O consumo especial, referente ao tarifário social, sénior e familiar, tem cinco escalões, respectivamente o 1.º escalão para consumos até 5 m³, o 2.º escalão para consumos superiores a 5 m³ e até 15 m³, o 3.º escalão para consumos superiores a 15 m³ e até 30 m³, o 4.º escalão para consumos superiores a 30 m³ e até 50 m³, o 5.º escalão para consumos superiores a 50 m³.

1.2 — Nas freguesias abastecidas por captações municipais:

1.2.1 — O consumo doméstico mensal tem cinco escalões, respectivamente o 1.º escalão para consumos até 5 m³, o 2.º escalão para consumos superiores a 5 m³ e até 15 m³, o 3.º escalão para consumos superiores a 15 m³ e até 30 m³, o 4.º escalão para consumos superiores a 30 m³ e até 50 m³, o 5.º escalão para consumos superiores a 50 m³.

1.2.2 — O consumo de entidades públicas, instituições de utilidade pública, serviços, comércio, indústria e obras tem um escalão único.

1.2.3 — O consumo especial, referente ao tarifário social, sénior e familiar, tem cinco escalões, respectivamente o 1.º escalão para consumos até 5 m³, o 2.º escalão para consumos superiores a 5 m³ e até 15 m³, o 3.º escalão para consumos superiores a 15 m³ e até 30 m³, o 4.º escalão para consumos superiores a 30 m³ e até 50 m³, o 5.º escalão para consumos superiores a 50 m³.

Artigo 8.º

Construção de ramais

O preço da construção dos ramais, quando executados pela Câmara Municipal, é calculado em função do custo do material e da mão-de-obra incorporada, acrescido de 30% para encargos administrativos.

Artigo 9.º

Ligação à rede pública

A tarifa de ligação à rede pública de drenagem é calculada em função da área bruta de construção, na razão de € 1,75/m².

Artigo 10.º

Obras de urbanização

1 — Após a recepção provisória de obras de urbanização de loteamento e até que seja feita a recepção definitiva das mesmas, o titular do alvará pode requerer a alteração do tarifário de obras para tarifário público.

2 — O pedido referido no número anterior deve ser instruído com fotocópia do alvará de loteamento e documento comprovativo da recepção provisória das obras a emitir pelos serviços competentes da Câmara Municipal.

CAPÍTULO III**Regime especial de consumo doméstico de água**

Artigo 11.º

Tarifários especiais

São estabelecidos três tarifários especiais:

- a) Social;
- b) Sénior;
- c) Familiar.

Artigo 12.º

Tarifário social

1 — O tarifário social destina-se a beneficiar consumidores que, através de requerimento, comprovem que auferem rendimentos de valor igual ou inferior à retribuição mínima mensal garantida.

2 — O tarifário social traduz-se numa redução de 50 % do valor do tarifário doméstico de acordo com a origem do abastecimento, quer esta seja proveniente das Águas do Algarve, S. A., ou captações municipais.

3 — O requerimento mencionado no n.º 1 do presente artigo deve ser instruído com os seguintes documentos:

- a) Declaração de IRS, comprovativo dos rendimentos do ano anterior, quando o requerimento seja apresentado até 31 de Maio, ou do próprio ano quando apresentado após a referida data;
- b) Fotocópia do último recibo de vencimento;
- c) Fotocópia do bilhete de identidade, cartão de contribuinte de todos os elementos maiores do agregado familiar;
- d) Fotocópia do último recibo da água.

3 — O tarifário social é aplicado no período de facturação imediato ao deferimento do pedido.

4 — A atribuição prevista no presente artigo cessa a 30 de Junho, sendo renovável, pelo período de um ano, nos termos do artigo 13.º do presente regulamento.

Artigo 13.º

Renovação

1 — A renovação da atribuição do tarifário social deve ser requerida com uma antecedência mínima de 30 dias úteis em relação ao termo do seu prazo de validade.

2 — O pedido referido no número anterior deve ser instruído com os seguintes documentos:

- a) Declaração de IRS, comprovativa dos rendimentos, do próprio ano;
- b) Fotocópia do último recibo de vencimento;
- c) Fotocópia do último recibo da água.

Artigo 14.º

Caducidade

A atribuição do tarifário social caduca:

- 1) Na data da sua validade, se não for requerida dentro do prazo a sua renovação;
- 2) Quando o titular tiver deixado de auferir rendimentos de valor igual ou inferior à retribuição mínima mensal garantida.

Artigo 15.º

Tarifário sénior

1 — O tarifário sénior traduz-se numa redução de um terço do valor do tarifário doméstico de acordo com a origem do abastecimento, quer

esta seja proveniente das Águas do Algarve, S. A., ou captações municipais.

2 — A atribuição prevista no número anterior é concedida aos titulares do cartão municipal sénior, obedecendo a sua atribuição e validade ao estatuído no Regulamento do Cartão Municipal Sénior do Concelho de Loulé.

Artigo 16.º

Tarifário familiar

1 — O tarifário familiar traduz-se numa redução de um quarto do valor do tarifário doméstico de acordo com a origem do abastecimento quer esta seja proveniente das Águas do Algarve, S. A., ou captações municipais.

2 — A atribuição prevista no número anterior destina-se os munícipes cujo agregado familiar é composto por cinco ou mais pessoas, residentes no município de Loulé e na mesma habitação em regime de permanência, mediante o alargamento dos escalões definidos para o tarifário doméstico.

3 — Os munícipes que pretendam usufruir do tarifário familiar devem requerê-lo, devendo para tal apresentar:

- a) Atestado da Junta de Freguesia comprovativo da composição do agregado familiar;
- b) Fotocópia do bilhete de identidade, cartão de contribuinte de todos os elementos maiores do agregado familiar;
- c) Fotocópia do último recibo da água.

4 — O tarifário familiar é aplicado no período de facturação imediato ao deferimento do pedido.

5 — A atribuição prevista no presente artigo cessa a 30 de Junho, sendo renovável, pelo período de um ano, nos termos do artigo 17.º do presente regulamento.

6 — Exclui-se do âmbito de aplicação do tarifário familiar situações de natureza não familiar tais como os derivados de hospedagem, trabalho doméstico, sublocação e partilha de habitação por agregados familiares diferentes.

Artigo 17.º

Renovação

1 — A renovação da atribuição do tarifário familiar deve ser requerida com uma antecedência mínima de 30 dias úteis em relação ao termo do seu prazo de validade.

2 — O pedido referido no número anterior deve ser instruído com os seguintes documentos:

- a) Atestado da Junta de Freguesia comprovativo da composição do agregado familiar;
- b) Fotocópia do último recibo da água.

Artigo 18.º

Caducidade

A atribuição do tarifário familiar caduca:

- 1) Na data da sua validade, se não for requerida dentro do prazo a sua renovação;
- 2) Quando o agregado familiar tiver deixado de ter o número de elementos necessários para a atribuição do respectivo tarifário.

CAPÍTULO IV**Isenção**

Artigo 19.º

Ligação à rede geral

Nos casos em que se verifiquem condições técnicas para assegurar a ligação de um imóvel à rede de distribuição de água, mas que não seja possível a sua ligação à rede municipal de esgotos, pode o titular do contrato ficar isento do pagamento das tarifas de saneamento até à data em que esse serviço possa ser assegurado, a requerimento do próprio dirigido ao presidente da Câmara e mediante informação favorável emitida pelos serviços técnicos da Câmara Municipal.

CAPÍTULO V**Disposições finais**

Artigo 20.º

Dúvidas e omissões

Nos casos omissos aplicar-se-á a legislação em vigor, e na eventualidade de existirem dúvidas, estas serão resolvidas por despacho do presidente da Câmara Municipal.

Artigo 21.º

Revogação

São revogadas todas as disposições contrárias ao presente regulamento.

Artigo 22.º

Entrada em vigor

Este regulamento entra em vigor 15 dias após a data da sua publicação no *Diário da República*.

Tarifários

Abastecimento de água	Escalões (em metros cúbicos)	Preço (euros/metros cúbicos)
Freguesias abastecidas pelas Águas do Algarve, S. A.		
Tarifário doméstico:		
1.º escalão	0 a 5	0,41
2.º escalão	> 5 até 15	0,55
3.º escalão	> 15 até 30	0,80
4.º escalão	> 30 até 50	1,20
5.º escalão	> 50	2,00
Tarifários diversos:		
Entidades públicas	Único	0,80
Instituições de utilidade pública	Único	0,41
Serviços	Único	0,80
Comércio	Único	0,80
Indústria	Único	1,00
Obras	Único	1,20
Tarifário social:		
1.º escalão	0 a 5	0,21
2.º escalão	> 5 até 15	0,28
3.º escalão	> 15 até 30	0,40
4.º escalão	> 30 até 50	0,60
5.º escalão	> 50	1,00
Tarifário sénior:		
1.º escalão	0 a 5	0,27
2.º escalão	> 5 até 15	0,37
3.º escalão	> 15 até 30	0,53
4.º escalão	> 30 até 50	0,80
5.º escalão	> 50	1,33
Tarifário familiar:		
1.º escalão	0 a 5	0,31
2.º escalão	> 5 até 15	0,41
3.º escalão	> 15 até 30	0,60
4.º escalão	> 30 até 50	0,90
5.º escalão	> 50	1,50
Freguesias abastecidas por captações municipais		
Tarifário doméstico:		
1.º escalão	0 a 5	0,33
2.º escalão	> 5 até 15	0,44
3.º escalão	> 15 até 30	0,64
4.º escalão	> 30 até 50	0,96
5.º escalão	> 50	1,60
Tarifários diversos:		
Entidades públicas	Único	0,64
Instituições de utilidade pública	Único	0,33
Serviços	Único	0,64
Comércio	Único	0,64
Indústria	Único	0,80
Obras	Único	0,96
Tarifário social:		
1.º escalão	0 a 5	0,17
2.º escalão	> 5 até 15	0,22
3.º escalão	> 15 até 30	0,32

Abastecimento de água	Escalões (em metros cúbicos)	Preço (euros/metros cúbicos)
4.º escalão	> 30 até 50	0,48
5.º escalão	> 50	0,80
Tarifário sénior:		
1.º escalão	0 a 5	0,22
2.º escalão	> 5 até 15	0,29
3.º escalão	> 15 até 30	0,43
4.º escalão	> 30 até 50	0,64
5.º escalão	> 50	1,07
Tarifário familiar:		
1.º escalão	0 a 5	0,25
2.º escalão	> 5 até 15	0,33
3.º escalão	> 15 até 30	0,48
4.º escalão	> 30 até 50	0,72
5.º escalão	> 50	1,20

	Preço (euros)
Tarifas de prestação de serviços	
Ligação à rede de abastecimento	15,00
Reabertura por interrupção por falta de pagamento ...	30,00
Reabertura por interrupção solicitada	10,00
Vistoria por fogo	10,00
Ensaio de instalações por fogo	10,00
Ensaio de infra-estruturas por lote	20,00
Tarifas de saneamento de tratamento de águas residuais	
Tipo de consumo:	
Doméstico	0,40
Entidades públicas	0,40
Instituições de utilidade pública	0,40
Serviços	0,40
Comércio	0,40
Indústria	0,40
Obras	—
Social	0,20
Sénior	0,27
Familiar	0,30
Tarifa de disponibilidade, infra-estruturas e manutenção (fixo)	
Tipo de consumo:	
Doméstico	2,50
Entidades públicas	3,00
Instituições de utilidade pública	2,50
Serviços	3,00
Comércio	3,00
Indústria	3,00
Obras	—
Social	2,00
Sénior	2,00
Familiar	2,00
Tarifas de resíduos sólidos (fixo)	
Tipo de consumo:	
Doméstico	2,00
Social	2,00
Sénior	2,00
Familiar	2,00
Entidades públicas	2,00
Instituições de utilidade pública	2,00
Serviços	3,50
Comércio	3,50
Indústria	3,50
Obras	3,50

Tarifas de resíduos sólidos (variável)	Escalões (em metros cúbicos)	Preço (euros/metros cúbicos)
Tipo de consumo:		
Doméstico	até 10	0,25
	> 10 até 30	0,35
	> 30	0,50
Entidades públicas	Único	0,25
Instituições de utilidade pública	Único	0,25
Social	Único	0,13
Sénior	Único	0,15
Familiar	Único	0,17
Serviços	Único	0,40
Serviços 1 (1)	Único	0,20
Comércio	Único	0,40
Indústria	Único	0,60
Obras	Único	0,50

(1) Enquadra os serviços com os CAE (93010 — lavagem e limpeza a seco de têxteis e peles; 93021 — salões de cabeleireiro; 93022 — institutos de beleza; 93050 — outras actividades de serviço, n, e, — estações de lavagem de veículos automóveis).

3 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Sebastião Francisco Seruca Emídio*.

Regulamento n.º 272/2007

O presidente da Câmara Municipal de Loulé, Dr. Sebastião Francisco Seruca Emídio, torna público que a Assembleia Municipal de Loulé aprovou, em sua sessão ordinária realizada em 27 de Setembro de 2007, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião ordinária realizada em 12 de Setembro de 2007, a proposta de alteração ao Regulamento do Cartão Municipal Sénior, republicando-se o texto final:

«Regulamento do Cartão Municipal Sénior

Artigo 1.º

Âmbito

O presente Regulamento estabelece as regras de adesão, bem como de utilização, do cartão municipal sénior.

Artigo 2.º

Destinatários

O cartão municipal sénior, emitido pela Câmara Municipal de Loulé, é dirigido a todos os munícipes com idade igual ou superior a 60 anos, que sejam recenseados e possuam residência permanente no concelho de Loulé, cuja média dos rendimentos do agregado familiar seja igual ou inferior ao ordenado mínimo nacional.

Artigo 3.º

Princípios gerais

Este cartão é um título pessoal e intransmissível, não podendo ser utilizado por terceiros, o que implicará a anulação imediata dos seus benefícios.

Artigo 4.º

Processo de candidatura

As candidaturas serão formalizadas na Divisão de Acção Social da Câmara Municipal de Loulé e juntas de freguesia, pelo preenchimento da ficha de adesão, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- Fotocópia do bilhete de identidade;
- Duas fotografias tipo passe (recente);
- Certidão emitida pela Junta de Freguesia, onde deve constar o número de eleitor e a sua data de emissão, que confirme a residência e a composição do agregado familiar;
- Fotocópia do recibo da pensão ou reforma;
- Declaração de rendimentos da certidão de isenção emitida pela Repartição de Finanças.

Artigo 5.º

Análise da candidatura

- O processo de candidatura será analisado pelos técnicos da Divisão de Acção Social da Câmara Municipal de Loulé.
- A Câmara Municipal de Loulé reserva-se o direito de solicitar a todas as instituições que atribuem benefícios, donativos ou sub-

sídios para o mesmo fim todas as informações necessárias a uma avaliação objectiva.

c) Todos os candidatos serão informados, por escrito, da atribuição ou não do cartão municipal sénior.

d) Caso a proposta de decisão seja de indeferimento, será promovida a necessária audiência dos interessados, nos termos previstos no Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 6.º

Benefícios

1 — O cartão municipal sénior atribuí aos seus titulares os seguintes benefícios:

- Redução de um terço do consumo de água para fins domésticos em qualquer escalão;
- Redução de um terço no pagamento das tarifas de saneamento e resíduos sólidos;
- Redução de 50 % nos encargos com os ramais de ligação de água, desde que o contador esteja em seu nome;
- Descontos de 50 % nos encargos com os ramais de ligação de saneamento;
- Redução de 50 % no pagamento dos serviços de limpeza de fossas sépticas;
- Acesso gratuito a iniciativas culturais e recreativas promovidas pela autarquia;
- Acesso gratuito aos equipamentos desportivos do município;
- Comparticipação de 25 % na utilização dos transportes urbanos;
- Desconto nos estabelecimentos comerciais que venham a aderir ao projecto.

Artigo 7.º

Validade

- Este cartão tem a validade de um ano, sendo renovável anualmente pelo beneficiário.
- A renovação obedece ao processo estabelecido no artigo 4.º deste Regulamento.

Artigo 8.º

Extravio

Em caso de roubo ou perda do cartão, este facto deve de imediato ser comunicado à Divisão de Acção Social desta edilidade. A responsabilidade do titular cessa após a comunicação por escrito da ocorrência.

Artigo 9.º

Cessação do direito à utilização do cartão

Constituem, nomeadamente, causas de cessação imediata:

- A prestação de falsas declarações por parte dos idosos ou do seu representante, no processo de candidatura;
- A não apresentação dos documentos solicitados, no prazo de 30 dias úteis;
- A não participação por escrito, no prazo de 30 dias úteis, a partir da data em que ocorra alteração das condições económicas do beneficiário, caso daí resulte prejuízo para a Câmara Municipal;
- A transferência do recenseamento eleitoral do beneficiário para outro concelho.

Artigo 10.º

Disposições gerais

O cartão municipal sénior é extensível a toda a sociedade civil, mediante protocolos celebrados com as entidades aderentes. No guia informativo serão enunciados os produtos e serviços passíveis de desconto e respectivo valor.

Artigo 11.º

Disposições finais

Os encargos resultantes da aplicação deste Regulamento serão comparticipados por verbas a inscrever anualmente no orçamento da Câmara Municipal de Loulé.

Artigo 12.º

Dúvidas e omissões

Cabe à Câmara Municipal de Loulé resolver, mediante deliberação, todas as dúvidas e omissões.